

Perspectivas teóricas no institucionalismo clássico

Theoretical perspectives in the classical institutionalism

Vagner Luís da Silva¹

RESUMO: Embora o institucionalismo nas ciências sociais tenha adquirido evidência nas últimas décadas, são ainda escassos, no Brasil, os trabalhos que se dedicam ao seu momento fundador. Na economia, foi Thorstein Veblen (1857-1929) o principal responsável por inaugurar esse tipo de abordagem, privilegiando o uso de temas auxiliares na interpretação da dinâmica social. Muitos desses temas foram levados adiante com a contribuição das mais distintas áreas do conhecimento, como a antropologia, a história ou a sociologia, em franca oposição às regras da economia neoclássica do período. Assim, objetivamos retomar alguns dos argumentos mais importantes do institucionalismo clássico exposto por Veblen, passando pelas noções de instinto, classe ociosa e tecnologia, procurando simultaneamente valorizar o seu papel na orientação das práticas metodológicas institucionais e contribuir para a história do pensamento social.

ABSTRACT: Although the institutionalism in the social sciences has acquired evidence in recent decades, in Brazil, the papers that are devoted to its founding moment are still scarce. In economics, Thorstein Veblen (1857-1929) was primarily responsible for opening this type of approach, favoring the use of ancillary themes in the interpretation of social dynamics. Many of these issues were brought forward with the contribution of the most distinct areas of knowledge such as anthropology, history or sociology, in opposition to the rules of the neoclassical economics of the period. Thus, we aimed to regain some of the most important arguments of the classical institutionalism exposed by Veblen, through the notions of instinct, leisure class and technology, while seeking to valorize its role in the guidance of the institutional methodological practices and contribute to the history of social thought.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalismo. Veblen. Classe ociosa.

KEYWORDS: Institutionalism. Veblen. Leisure class.

I. INTRODUÇÃO

Nas décadas recentes, ganhou algum espaço nas ciências sociais em sua genera-

¹ Professor do Instituto Federal São Paulo, doutor em Sociologia pela USP. E-mail: vagnersilva125@bol.com.br

lidade um tipo renovado de institucionalismo. Procurando conjugar o papel das instituições na escolha dos agentes, a investigação institucional — neo-institucionalismo, como se convencionou chamar — recebeu a adesão de um razoável número de cientistas sociais². Visto em perspectiva, o institucionalismo nunca pôde ser definido como uma escola de pensamento no sentido mais restrito do termo, com um corpo de preceitos metodológicos ou teóricos mais ou menos definido. Nos últimos 40 anos, ao que parece, foram a ciência política e a economia, disciplinas em que o individualismo metodológico mais fazia eco, as áreas que sentiram de perto as mudanças sugeridas por uma investigação que procurava contemplar em graus variados o papel das fontes exógenas na dinâmica social.

Muito embora as temáticas e a abordagem das análises dessa natureza, levadas adiante pelos neo-institucionalistas nas últimas décadas, guardem diferenças por vezes substanciais em relação ao velho institucionalismo, as concepções clássicas sombreiam muitos dos estudos recentes. Na ciência política, o institucionalismo em sua origem tinha suas preocupações voltadas para uma crítica de viés institucional ou organizacional em torno do papel do Estado, do poder constitucional ou do sistema legal, avaliados, sobretudo, em estudos comparativos. Na economia, privilegiavam-se as abordagens que compensassem de algum modo as pressões ambientais, passando ao largo das que se pautavam exclusivamente pelo individualismo metodológico dos neoclássicos, com investigações em torno dos novos empreendedores industriais, do mercado financeiro, da competição por status ou do consumo conspícuo. Como dissemos, muitas das preocupações da investigação institucional clássica, isto é, referente aos originais estudos institucionais de fins do século XIX e princípios do XX, são ainda fonte importante de inspiração para os novos desafios acadêmicos nas ciências sociais.

No universo disciplinar da economia, o fundamento dos trabalhos institucionalistas remonta aos textos de Thorstein Veblen (1857-1929), o grande responsável por dar os contornos de uma investigação menos afeita à racionalidade defendida pelos marginalistas. Realçando a natureza social dos eventos econômicos, Veblen procurou retomar o sentido das motivações para além do sujeito da ação como fonte exclusiva da compreensão das relações sociais, sublinhando um tipo de interpretação com algum viés antropológico e larga contribuição. Porém, a lembrança do autor como um teórico próprio da economia, área onde encontra reputação de longa data, obscurece um significado mais amplo de seus escritos, cujo caráter é de uma teoria social nitidamente interdisciplinar. O próprio Veblen, ao desenvolver suas ideias, procurava usufruir das mais diversas áreas do conhecimento. De resto, à sua época não era incomum que muitos autores trafegassem pelos campos mais distintos sem muita preocupação com as fronteiras disciplinares, muitas delas ainda não suficientemente demarcadas. Assim, é fácil encontrar nos seus textos referências aos variados ramos das ci-

2 Sobre o debate na ciência política ver Hall & Taylor (2003) e March & Olsen (2008); na economia ver Lallement (2006) e Théret (2003); sobre o velho institucionalismo e seus desdobramentos ver Thelenn & Steinmo (1994).

ências sociais: da economia à sociologia, da psicologia à antropologia, da história à política. Essa capacidade dissertativa de Veblen pressupunha um domínio de saberes variados e o autor tornou-se propriamente um mito entre seus contemporâneos, em parte por conta do vasto conhecimento, em parte pela perícia na argumentação entremeada de exemplos corrosivos – a bem da verdade, uma boa dose da mítica figura do autor foi incrementada pelo seu comportamento um tanto excêntrico³.

Veblen aparece entre os mais citados escritores das ciências sociais norte-americanas da primeira metade do século passado (GALBRAITH, 1986, p. 50-53). Segundo Blaug, a tradição institucionalista, que teve no autor um dos seus expoentes fundamentais, era a grande linha teórica nos Estados Unidos nos anos precedentes à Crise de 1929 (1999, p. 124). Em vista da retomada institucionalista nas últimas décadas e do papel fundamental de Veblen na definição do institucionalismo na economia, propomos neste artigo discutir alguns dos argumentos expressos nos trabalhos do autor a partir de seus principais livros⁴. O objetivo é alcançar alguns temas de sua teoria social, como as noções de instinto, consumo conspícuo, classe ociosa e tecnologia, expondo o seu lugar no debate econômico, contribuindo, assim, para a história do pensamento social.

2. VEBLLEN E A CRÍTICA AO ESTABLISHMENT

Entre os temas centrais presentes na obra de Veblen, destacam-se o papel da classe ociosa e do consumo conspícuo na sociedade industrial. O estudo que empreendera de tais temas chegou ao grande público através de seu primeiro e mais citado livro, *The Theory of the Leisure Class*. Este livro veio a público em 1899, garantindo, junto à opinião pública, uma notoriedade ao autor que o seguiria até a sua morte. Em grande medida, o vigor da argumentação contida no livro, com pitadas do sarcasmo característico do autor, foi o responsável pela aceitação da obra. Heilbroner avalia que parte considerável do sucesso do livro entre os leitores não especializados se devia, em certa medida, ao ataque certeiro do autor contra o establishment da época (1969, p. 204-5).

O nascimento, desenvolvimento e a natureza da classe ociosa constituem também elementos importantes em outros ensaios de Veblen, mas em *The Theory of the Leisure Class* os temas são construídos com maior eloquência pelo autor. Há uma lógica própria na elaboração de sua teoria principal, conduzida

3 Os dados biográficos de Veblen e sua relação com o contexto de época podem ser verificados no extenso trabalho de Dorfman (1934).

4 A produção bibliográfica de Veblen é relativamente ampla. Foram dez livros publicados ao longo de sua carreira acadêmica, a que se somam inúmeros artigos em revistas de importância variada, reunidos postumamente em dois livros. Suas ideias se repetem em muitos de seus textos e podem ser recolhidas em quatro de suas principais obras: *The Theory of the Leisure Class*, primeira edição de 1899 (*A Teoria da Classe Ociosa*, na edição brasileira de 1965), *The Theory of Business Enterprise*, de 1904, *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts*, de 1914, e *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*, de 1919.

em meio às hipóteses mais plausíveis da etnologia do momento. Prevalece, de antemão, um certo vício teleológico no desenvolvimento de suas ideias, isto é, a argumentação é construída de modo a convencer o leitor de que as relações de causa e efeito, fundadas em análises históricas, são fatos já largamente substanciados. Assim, tornam-se razoáveis as ponderações que vinculam a classe ociosa a um desenvolvimento histórico-social determinado.

Ao avaliar a evolução humana, Veblen sugeriu que dois instintos foram centrais para forjar o comportamento social: o instinto predatório e o do trabalho produtivo. Tais instintos serviram de fonte para o desenvolvimento das instituições sociais. Saliente-se que o entendimento da história e da sociedade a partir do conceito de instinto era típico em fins do XIX e princípios do XX. O autor procurou demonstrar que o padrão de comportamento da sociedade tinha raízes na pré-história, quando, supõe ele, não havia distinção de classes e o trabalho era dividido de maneira mais equitativa. Caça e coleta eram, de modo geral, atividades partilhadas por todos. No entanto, os indivíduos que obtinham maior sucesso nessas atividades se tornavam portadores de uma distinção especial diante do grupo. Essa distinção, fruto da destreza e da competência pessoal, resultava, segundo Veblen, em privilégios e recompensas que tornavam o indivíduo mais importante diante da média dos indivíduos da sociedade.

Logo, com o desenvolvimento social, aqueles portadores da competência e da distinção passaram a tomar os bens alheios, quer como tributo ou como pilhagem, de forma a reproduzir os seus símbolos de status. Nessa condição, sob uma perspectiva histórica, o trabalho físico deixou de ser referência e tornou-se inferior para todo o conjunto social. A classe trabalhadora perdeu dignidade na proporção em que arcou com o trabalho rotineiro e a classe ociosa adquiriu status, respaldada pela proeza e virtude. A caça, a guerra, a política, o sacerdócio, o desporto estariam intrinsecamente ligados, na acepção do autor, à entronização de um comportamento distinto e avesso à indignidade do trabalho.

Como resultado inevitável do desenvolvimento da história, o teórico norte-americano compreendia que sua época vivia uma dualidade institucional que tinha raízes de longa data, sendo, portanto, uma sociedade industrial/pecuniária. A ideia de indústria estaria ligada à eficiência produtiva, enquanto as instituições pecuniárias seriam herdeiras diretas do instinto predatório.

Veblen sugere que o caráter predatório da sociedade adquire relevância na medida em que se consolida uma classe de proprietários que se distancia do universo da produção. Essa classe é portadora de uma completa aversão pelo trabalho produtivo e encara o ócio como um forte elemento gerador de status. O ócio passa a ser proclamado através de atitudes ostensivas, sendo o consumo conspicuo seu instrumento essencial.

Seguindo esse raciocínio, o autor adverte que o comportamento social é definido pela exibição da riqueza que se tem, sendo esse o meio eficaz de reforçar o status da distinção. Somente um consumo superlativo pode separar adequadamente a classe ociosa do homem comum. Não se trata, obviamente,

do consumo em massa, mas do consumo daquilo que é mais caro e que favorece o exibicionismo⁵. A sugestão vebleniana é, em síntese, que o valor monetário de um bem adquirido tem a singular característica de agregar valor social àquele que o consome.

A classe ociosa está no topo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida – mais seus padrões de valor – proporcionam à comunidade as normas da boa reputação. A observância desses padrões, em certa medida se torna também incumbência de todas as classes inferiores da escala. [...] O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta, logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal. Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito. A base sobre a qual a boa reputação em qualquer comunidade industrial altamente organizada finalmente repousa é a força pecuniária; e os meios de demonstrar força pecuniária e, mercê disso, obter ou conservar o bom nome, são o ócio conspícuo e um consumo conspícuo de bens (VEBLEN, 1965a, p. 87-8).

Assim, para evidenciar o consumo ostensivo, Veblen aponta para os exemplos comportamentais envolvendo a vestimenta, os hábitos alimentares, o esporte, a criação de animais domésticos, as festas, a religião e tudo aquilo que é capaz de denotar atitudes conspícuas. O aparente discurso moral presente em *The Theory of the Leisure Class* cativou o público leigo, exercendo um fascínio inusitado sobre os leitores, principalmente se considerarmos o contexto norte-americano do período, com a magnitude econômica alcançada e seus grandes capitães da indústria – pejorativamente chamados de *robber barons*.

No que diz respeito à noção de instinto, Veblen a estabelece dentro de padrões de comportamento coletivo, com o indivíduo sendo conduzido por “disposições instintivas”, cuja inclinação procura promover um enquadramento único para a ação social (1989, p 3-4). Muito embora o instinto tenha uma natureza biológica, em princípio, seu alcance, porém, é ampliado pela capacidade da inteligência humana em racionalizar seus propósitos e maximizar resultados com certo grau de previsão. Entretanto, é particularmente curioso que Veblen aporte suas divagações em territórios dominados antes pela história e pelos imperativos imateriais, dotados de uma capacidade exógena de conduzir a ação social. Assim, os atributos da racionalidade abstrata são deslocados pelos componentes sócio-históricos na definição do instinto.

5 Os desdobramentos que envolvem a noção vebleniana de consumo conspícuo podem ser aferidos no chamado “efeito Veblen”, cujo princípio explica como o aumento do preço de um determinado produto resulta no aumento da demanda desse bem.

Na expectativa de corroborar essa posição, o autor alude à estruturação de sistemas elementares de comportamento social. As forças sócio-históricas sinalizariam na direção dos “hábitos de vida”, formas socialmente adquiridas de práticas sociais. Hábitos de vida, por sua vez, conformariam “hábitos de pensamento”, cuja razão seria cristalizar normas sociais (VEBLEN, 1969, p 38). Nesse aspecto, as posições do autor constituem um esforço para captar o poder de homogeneização dos imperativos sociais no desenvolvimento histórico de sociedades complexas.

Muito desse esforço redundou num holismo metodológico razoavelmente disperso, cuja natureza, porém, preparou com alguma propriedade o campo para que o institucionalismo econômico pudesse frutificar. A análise econômica proposta por tal ramo de pensamento é definida pelas instituições, corolário de hábitos de pensamento e de vida, como forças pretéritas que se recriam a todo instante.

A polarização investigada por Veblen entre os instintos do trabalho produtivo e o predatório foi largamente discutida em outras de suas obras – notadamente em *The Theory of Business Enterprise* e *The Instinct of Workmanship*. O autor aponta, com regular insistência, que o aparente interesse do sistema industrial na produção de bens de consumo para atender à sociedade constitui uma falácia histórica. Ao invés disso, os homens de negócios, envolvidos pelo instinto predatório e pelas possibilidades do mercado financeiro, têm interesses exclusivamente pecuniários. Ou seja, seus esforços e sua atividade central se movem somente na direção do lucro rápido e abundante. É comum que esses empreendedores, apesar de manterem suas empresas industriais, em alguns casos, se empenhem na exploração do ganho puramente especulativo.

Tendo por cenário toda uma estrutura que serve de habitat para essa acumulação – bolsa de valores, bancos, empresas de crédito e capitalização, mercado de aplicações –, esses capitães da indústria demandam práticas pecuniárias movidos antes por um espírito de destruição do que de produção. Se for necessário destruir para manter o preço, assim será feito; se o monopólio for a condição para o lucro fácil, ele se concretizará; se a formação de cartel significar vantagens recíprocas ao custo da concorrência natural, a economia inevitavelmente seguirá esse rumo. Essa classe industrial-financeira não receia a crise econômica, antes, faz dela uma aliada.

Segundo Veblen, trata-se do segmento social que controla e conduz toda a atividade econômica. Seu poder de mando é reforçado socialmente ou pela política, no status peculiar da classe ociosa, sendo herdeira do instinto predatório, o que explica sua rotina pecuniária, a exploração, a ostentação e o apetite pelo lucro irrefletido, mas avessa à lógica do bem comum, tão incensado na tradição liberal fortemente dispersa nos Estados Unidos do período.

Os grandes negócios, por demais impermeáveis às demandas externas, tornam mais complexos os mecanismos de controle das forças produtivas. O discurso da economia neoclássica, a política, a influência nas instâncias estatais,

a publicidade, a manipulação da ciência aplicada, o nacionalismo, o poder militar, enfim, toda a gama de recursos institucionais funciona como parte articulada de uma engrenagem maior, cujo fim é a sobrevivência de padrões predatórios que permitam a acumulação de dinheiro.

O proprietário ausente, para Veblen, personifica o algóz da eficiência produtiva, numa expressão do autor, que encontra sinônimos variados em publicações anteriores: a classe ociosa, o interesse investido, a força predatória, o sistema de preços, o comportamento pecuniário, o poder especulativo, os capitães das finanças. Nomes diferentes para o mesmo fenômeno, cuja natureza redundante na situação de sufocamento da produção de bens e, logo, das condições do desenvolvimento social minimamente equilibrado.

Porém, para o autor, o sistema industrial foi, em sua origem, formado por empreendedores que participavam ativamente da atividade produtiva. Projetavam e construíam suas máquinas tanto quanto arriscavam seu dinheiro. Nesses pioneiros da produção, conforme Veblen, residia certo heroísmo ao empreender numa época em que as instituições eram avessas ao maquinário. Criar engenhos e processos mais eficientes permitiu a renovação de todo o sistema fabril, garantindo as circunstâncias ideais para a institucionalização de novas práticas econômicas.

Entretanto, o desenvolvimento industrial gerou um resultado que, em grande medida, afogou a fase heróica dos capitães da produção. As práticas econômicas deixaram gradativamente a invenção e a experimentação como coadjuvantes do sistema industrial. Em primeiro lugar, a cadeia produtiva atingiu tal nível de sofisticação e complexidade, com a estreita conexão das muitas fases do processo, que a mecanização passou a ser encarada apenas como mais um atributo da produção. Em segundo lugar, com maior relevância, o próprio sistema mecânico perdeu centralidade em vista das práticas pecuniárias. Neste nível de exploração, o empreendimento tornou rarefeitas as preocupações típicas do universo produtivo, ganhando nova dimensão aquelas que se voltavam para as finanças, empréstimos, ações e toda a espécie de práticas que diziam respeito à produção de valores mais que à de mercadorias.

Ressalte-se que esse quadro, na ótica do autor, conta com a aquiescência das instituições políticas, que sem estranhamento veem a convergência do interesse do grande financista na comunhão dessas práticas. Veblen, examinando a economia norte-americana de sua época, já antecipava que em virtude da fragmentação do capital no mercado de ações, expressão imaterial da riqueza como os títulos e os créditos, a figura do proprietário capitalista clássico cedia lugar para uma personagem mais complexa, cujas ações na maximização de ganhos seguiam um rumo menos ortodoxo.

A sublimação do capital comercial, que se deu em tempos recentes, resulta em graves consequências tanto para os donos de propriedades quanto para a exploração da indústria. Na medida em que os investimentos são administrados pelos métodos corporativos das modernas finanças, fica evidente que a direção

se separa da posse da propriedade, cada vez mais, à medida que se amplia a esfera das finanças de corporação. A decisão, a direção estão nas mãos dos detentores das formas intangíveis de propriedade; e com a extensão dos métodos da corporação, torna-se cada dia mais evidente que essa direção administrativa, por sua vez, se concentra nas mãos dos grandes homens de negócios, possuidores de grandes blocos desse ativo intangível (VEBLEN, 1932, p. 174-75).

Em contraposição à robustez dessa classe pecuniária, e sendo a atividade industrial, em princípio, um instrumento de produção de bens sociais, é preciso que administradores profissionais, engenheiros e técnicos competentes cuidem dela. Esses altos funcionários e técnicos cumprem o papel de gestores da cadeia produtiva, cujas funções se caracterizam por manter a cooperação das esferas produtivas e por maximizar o potencial fabril, cuidando da adequada performance industrial. Saliente-se que em meio às concepções veblenianas sobre gestão industrial, capital financeiro, especulação, crise econômica, o autor nos fornece, ainda, um cuidadoso panorama do impacto da tecnologia no processo produtivo e na acomodação de novos comportamentos sociais.

Em sua teoria, Veblen argumenta que as crenças instituídas em cada época são dotadas de um grau expressivo de maleabilidade, capaz de acomodá-las às situações mais enviesadas que resultam das pressões circunstanciais do processo histórico em conjunção com a dinâmica social. A virtude, o certo, o belo, a verdade, a justiça de cada época são resultados da ambientação institucional edificada ao longo da história. Veblen sentencia que muito da estrutura de hábitos que permeia o nosso cotidiano é fruto dos desdobramentos dos temas do século XVIII, consagrados e difundidos como “direitos naturais da humanidade” (1964, p. 22-23).

Tais hábitos dizem respeito à estabilidade de práticas sociais que em muito contribuem para a preservação da ideia de propriedade privada, do sistema de livre concorrência, das liberdades individuais, das noções de igualdade de oportunidade e de direitos. Ou seja, a herança daquela tradição de pensamento foi, conforme o autor, a estabilização de práticas legais e costumes que se harmonizaram com os interesses do Estado e do empreendedor no atual estágio das artes industriais.

Corolário da habituação renovada pela eloquência do Iluminismo, a mecanização ofereceu fôlego à economia de mercado e ampliou o raio de alcance da acumulação. Segundo Veblen, a tecnologia sempre representa o estoque de conhecimentos de uma dada comunidade. Assim, seu uso é indispensável para viabilizar a capacidade produtiva e a preservação dessa sociedade, muito embora o processo mecânico seja empregado, nos tempos modernos, em operações pecuniárias que apenas convertem produção de bens em poder predatório. Para o homem de negócios, a natureza da economia é fazer dinheiro mais do que produzir bens.

A soma da habituação dessas novas normas com a mecanização promoveu a reorganização do Estado, impelindo-o, com alguma frequência, ao choque diplomático e à guerra. As concepções de autodeterminação e de autoafirmação nacionais, ao lado do direito de impor tarifas protecionistas, de manter forças armadas e de garantir os empreendimentos do Estado e de seus homens de negócios, expressos como direitos naturais de povos organizados, orientaram largamente as nações envolvidas na I Guerra. Ademais, os países beligerantes que conduziram o conflito se consolidaram como grandes nações industriais; não por outra razão, o resultado da guerra foi decidido pela superioridade industrial dos envolvidos.

O moderno ponto de vista, rascunhado em sua origem pelo pensamento iluminista do século XVIII, criou as condições atmosféricas ideais para que a sociedade impregnasse seus membros com as “promessas do direito natural” (VEBLÉN, 1932, p. 135). Porém o desenvolvimento econômico, com a industrialização em larga escala, o comércio internacional, o moderno e abrangente sistema de créditos colocaram em xeque as essencialidades do discurso iluminista. A era da tecnologia, dos trustes, dos monopólios e oligopólios impôs, por assim dizer, uma nova ordem.

Nesse novo estágio, os interesses investidos dos magnatas das finanças lançaram por terra os compromissos originais do Século das Luzes, terminando por definir novos hábitos coletivos para o homem comum. Essa estrutura de valores – habituação, nas palavras de Veblen – naturalizou, por sua vez, uma nova situação de poder, comprimindo a sociedade entre as práticas predatórias do mercado e as relações diplomáticas costuradas pelos governos. Os hábitos coletivos em muito traduziam a insatisfação de certos setores sociais, trazendo embutida uma débil autoestima, isto é, a pobreza espiritual de perseguir o consumo por imitação e a desilusão de jamais alcançar as benesses de uma economia de mercado.

A superação desses valores se aproximava das promessas do socialismo na forma como o discurso era compreendido pelos trabalhadores. O socialismo encarnava as possibilidades de galvanizar, a partir das decepções dos marginalizados do consumo e dos órfãos de qualquer situação de status, os anseios proletários para um novo mundo de oportunidades. Não por outra razão, era a propriedade privada o alvo preferencial dos discursos coletivistas.

Para Veblen, portador de alguma simpatia e certo zelo pelos discursos revolucionários e reformistas, tratava-se de aviltar não o burguês ou o capitalismo de modo geral, mas o instinto predatório que estava na raiz dos processos sociais opressores, especulativos ou excludentes. Conforme o autor, o coroamento do instinto da produção deveria invalidar todos os elementos que se referenciavam pela predação, assim a extinção gradativa da propriedade privada converteria os esforços humanos em práticas sociais mais nobres e úteis.

Veblen, porém, coloca sob suspeita qualquer possibilidade de a coletivização produzir algum resultado eficaz no que diz respeito às práticas sociais

redistributivas. Primeiro, porque a coletivização seria difícil de ser alcançada, dada a vitalidade da economia de mercado; segundo, porque qualquer economia estatal implicaria novas instituições sociais, com novas doses de poder, autoritarismo, exploração e de status.

3. AS ARTES INDUSTRIAIS COMO INSTITUIÇÃO

A economia vebleniana, tendo por âncoras a evolução das instituições através da história, o peso dos hábitos (de vida e pensamento) e contrapondo-se ao utilitarismo do mercado essencial dos neoclássicos, tinha por horizonte dar centralidade ao universo da produção e não do consumo. Ao se opor aos hábitos pecuniários, originários do instinto predatório, Veblen intencionava um “sistema empírico que se ocupasse do processo tangível e real da produção, e não de um intercâmbio no mercado, que ocasionava os caprichos artificiais de consumo e posição social” (DIGGINS, 1983, p. 90).

Nesse sentido, a incorporação da especulação financeira como um elemento de instabilidade na produção industrial, na ótica vebleniana, choca-se com a avaliação da especulação como fator gerador de riquezas dos neoclássicos. Aqui o termo especulação carrega, para o autor, um sentido predatório ao contemplar o jogo financeiro dos acionistas, as operações no mercado imobiliário envolvidas pela valorização simbólica e pela exibição, as flutuações manipuladas do sistema de preços para garantir vantagens adicionais a determinado segmento de empresários ou os negócios viciados que frequentemente resultam em cartéis, monopólios e oligopólios. A expressão ocorre em Veblen não como crítica moral, mas como constatação empírica do seu corpo teórico que procura apreciar a institucionalização de práticas sociais como hábitos de pensamento. Dessa forma, seu entendimento de especulação não se resume àquele pretendido pelos neoclássicos, para os quais o termo é portador de outro sentido, cujos atributos envolvem a incerteza ou o risco com algum nível de previsibilidade. Em síntese, tratar as condições históricas do fenômeno especulativo implica, para Veblen, avaliar os resultados institucionais de sua época.

Com o objetivo de esclarecer sobre a mudança institucional a partir da dinâmica econômica, o autor pautou observações relativamente abundantes em suas obras acerca do desenvolvimento tecnológico. Destaque-se que a tecnologia em Veblen encontrou um significado um pouco mais dilatado do que o usual. É definida, primeiramente, como o arsenal técnico de uma sociedade em uma época determinada. Confunde-se, desse modo, com equipamentos, ferramentas, maquinários, utensílios, processos fabris e toda a espécie de instrumentos gerados numa comunidade em vista de suas demandas de sobrevivência. Vincula-se estreitamente à esfera da produção de bem-estar e da guerra, mas outras demandas sociais dela se servem, como o entretenimento e a religião. Em resumo, trata-se da tecnologia como meio material para a satisfação da comunidade (VEBLEN, 1964, p. 36-38; 1969, p. 16-17; 1989, 103-06).

O autor por vezes utilizou os termos indústria, processo mecânico,

máquina ou mecanização como tecnologia, conotando também um sentido material que ele queria para o termo⁶. A investigação que realizou, sobretudo enfocando a revolução da era industrial, procurou identificar o aprimoramento e a amplitude dos processos produtivos com a inovação tecnológica como resultante de um estoque de conhecimentos de uma época.

Nesse procedimento, encontramos uma definição de tecnologia mais afeita à ideia de instituição. A expressão englobou, na apreciação de Veblen, o conhecimento de meios produtivos como hábitos de pensamento incorporados socialmente. Isto é, a tecnologia como o repertório de saberes de uma comunidade em dada época ou o estoque de conhecimentos compartilhado por seus membros. Tal compreensão não se isola, na ótica do autor, de uma definição material do termo, mas a ultrapassa na medida em que supera as fronteiras da realização instrumental para alcançar as relações sociais numa esfera mais complexa. Assim, a tecnologia se apresenta como produto das ações humanas e meio de reunir os interesses do grupo, incorporando a ciência, a técnica, os desejos coletivos e demais elementos que realçam a interação social (VEBLEN, 1989, p. 104-05).

As mudanças ocorridas nos aparelhos mecânicos constituem expressões das mudanças no fator humano. Transformações nos fatos materiais somente reproduzem as mudanças como fator humano. É no material humano que a continuidade do desenvolvimento pode ser vista; e é aí, portanto, que as forças motrizes do processo de desenvolvimento devem ser estudadas” (VEBLEN, 1969, p. 71-72).

A tecnologia, compreendida dessa forma, também adquire um caráter abstrato, pois a interação dos membros de uma comunidade implica a socialização do conhecimento dentro de critérios mais ou menos coesos. A referência ao “fator humano” ou ao “material humano” resulta da aceitação desse universo social. Assim, pode-se atribuir uma posição quanto ao estágio de desenvolvimento técnico institucionalizado em uma sociedade, permitindo, talvez com algum risco, uma comparação com outras. Há de se notar pelo menos dois pontos importantes da tecnologia como fenômeno social. Primeiro, a cooperação entre os indivíduos de um grupo aparece subentendida como um atributo da dinâmica tecnológica, pois um ponto de vista científico ou relativo aos processos técnicos, apreciado socialmente, pode servir para a aceitação de táticas comuns no enfrentamento dos problemas, em proveito de ganhos coletivos. Segundo, a tecnologia é apresentada como o resultado da história de um povo – suas necessidades, suas soluções, seus sucessos e insucessos no provimento de recursos necessários à

⁶ A imprecisão no uso dessas palavras, em referência à tecnologia, antes combina com a vasta acepção pretendida pelo autor do que impõe um confinamento prejudicial do conceito. De acordo com Bush, uma relativa variedade na definição do termo foi seguida pelos institucionalistas que vieram depois (1994, p. 468).

sobrevivência (VEBLEN, 1964, p. 57).

Em essência, o estado das artes industriais é sempre uma herança do passado; talvez ele esteja sempre em processo de mudança, mas o corpo substancial do conhecimento tem origem em gerações passadas. Novos elementos de compreensão e competência são continuamente adicionados e trabalhados dentro desse estoque comum pela experiência e iniciativa das gerações atuais, mas desse modo elementos modernos são sempre e em toda parte desprezados em comparação com o corpo de tecnologia que tem sido carregado desde o passado (VEBLEN, 1989, p. 103).

Veblen sugere que a dinâmica tecnológica das gerações presentes se desenvolve sempre em função de uma estrutura previamente determinada; as mudanças são antes de tudo paulatinas, menos do que rupturas imediatas e fundamentais dos processos de conhecimento. Abrevia-se o poder de uma única invenção ou a contribuição exclusiva de um indivíduo, não que inexistam na história, mas que tais singularidades são menos veementes quando contrapostas ao arsenal de informações e certezas já consagradas e das quais são devedoras. Novos meios, procedimentos e descobertas somente se propagam em razão de um “estoque comum” de experiências e sucessos, motivados pela “sabedoria acumulada desde o passado” (VEBLEN, 1969, p. 328).

Nesse sentido, a industrialização em larga escala, que avançou pelo continente europeu, pelos Estados Unidos e, em menor proporção, por outras regiões do globo, ao longo do século XIX, constituía apenas um desdobramento de hábitos de pensamento e pontos de vista científicos do século precedente. A tecnologia de uma sociedade ou seu processo de renovação era proveniente de uma equação que envolvia as demandas sociais, o repertório de conhecimento acumulado e as condições habituais devidamente institucionalizadas entre seus membros. O autor considerava que o estágio das “artes industriais”, definido num universo institucional, resumia a “capacidade produtiva de uma comunidade” (VEBLEN, 1964, p. 56).

Muito embora o avanço tecnológico através da história se submeta às demandas sociais de um grupo humano, o motor que o impulsiona está relacionado às disposições instintivas. Como vimos, os instintos, na forma como Veblen os compreendia, conduzem à formação das instituições sociais, porém, seu impacto na produção de bens, no arsenal técnico ou no conhecimento em geral foi compensado de modo destacado pelo autor. A interação dos instintos, segundo Walker, seria a garantia da continuidade da mudança tecnológica e, portanto, da renovação cultural das sociedades (1994, p. 174).

O instinto aqui chamado da produção, em primeiro lugar, cuja razão consiste em melhorar as condições de vida do grupo, auxilia na motivação para que se desenvolvam meios eficientes de sobrevivência. A ciência, os processos de produção, as artes, enfim, os atributos essenciais para o domínio da natureza resultam de sua manifestação; a humanidade dele se serve para que empreendi-

mentos possam ser organizados (VEBLEN, 1989, p. 33).

O instinto paternal ou dos laços de parentesco, tomado em seu aspecto mais relevante, e a tutela das gerações futuras servem também para mobilizar a comunidade para o risco de novas descobertas. O instinto da curiosidade ociosa contribui, em igual medida, com tal função, porém, ele não se encontra necessariamente vinculado a um interesse produtivo, pois que sua natureza o impele para um esforço descompromissado quanto aos resultados que porventura possa promover. Ao igualar a curiosidade ociosa à natural tendência humana para desvendar seu meio, Veblen definiu-a como “um conhecimento das coisas independente de todo uso posterior que dele se possa obter” (1965b, p. 5). A ideia de uma investigação desinteressada, constitutiva de tal instinto, obscurece um conhecimento que se realize apenas por suas implicações pragmáticas. De certa forma, é justamente essa “propensão ‘ociosa’”, desprovida de um senso utilitário, que permite um “corpo habitual de conhecimento” para que se possa inovar a tecnologia, isto é, a “curiosidade instintiva” aparece em Veblen como uma importante prerrogativa para “acelerar o ganho em insight tecnológico” (1989, p. 87-8).

Assim, os instintos confluem para que novos arranjos institucionais viabilizem a tecnologia, garantindo o êxito de novos padrões de conhecimento ou renovando os já estabelecidos. O ambiente institucional, em toda sua força pretérita e em uma dimensão cultural, interfere no desenvolvimento tecnológico, permitindo tal variação no esquema de conhecimentos que resulta em situações institucionais redimensionadas. Instituições definindo tecnologia e por ela sendo definidas, paulatinamente, numa dinâmica seletiva e acumulativa.

Como toda cultura humana, esta civilização material é um esquema de instituições. [...] O desenvolvimento da cultura é uma sequência cumulativa de habituação, e os seus caminhos e meios são a resposta habitual da natureza humana para exigências que variam de modo incontinente, cumulativamente, mas com certa sequência consistente nas variações cumulativas que seguem (VEBLEN, 1969, p. 241).

“Incontinente”, conforme Veblen, na medida em que cada “novo movimento” estrutura uma situação de maneira a induzir uma “nova variação nas respostas produzidas habitualmente”. “Cumulativamente”, em razão de ser cada “nova situação” uma “variação do que se produziu antes”, englobando como “fator causal” todos os antecedentes considerados. Dentro de uma “sequência consistente”, pois os “traços sublinhados da natureza humana (propensões, atitude e demais)”, nos quais se baseia o processo de habituação, permanecem “substancialmente inalterados” (1969, p. 241-42). Logo, em consonância com o desenvolvimento cultural, a tecnologia apresenta-se como elemento dos mais evidentes dessa dinâmica. Ela própria fruto da generosidade dos hábitos instituídos e das disposições instintivas, num processo em que a acumulação ou

a institucionalização de um estoque de conhecimentos adquire centralidade.

4. O ESFORÇO METODOLÓGICO

A noção de que os agentes sociais demandam os seus interesses privados e, por consequência, geram benefícios coletivos também foi fortemente criticada por Veblen. Como já apontado anteriormente, o pensamento econômico tinha sido contaminado por uma visão excessivamente individualista a ponto de se tornar uma concepção reinante naquele momento.

Na ótica vebleniana, contudo, as posições neoclássicas camuflavam as relações sociais conflitantes no processo de produção. Tentavam naturalizar o sistema social, visto como corolário da ideia de produção de utilidade. O erro maior da economia neoclássica, no entanto, era desconsiderar o jogo de forças institucionais na forma como se delinearão na história, por isso Veblen as definia como a-históricas. A economia vebleniana encontraria um novo padrão científico com a compreensão das instituições sociais, daí a insistência nas alianças com a história, a sociologia, a antropologia e demais saberes que pudessem reforçar a interpretação institucional – a “fé nas vantagens da abordagem interdisciplinar”, como sinalizou Blaug (1990, p. 511).

É certo que a percepção das contingências históricas contribuiu para instrumentalizar o processo investigativo dos institucionalistas quanto à conservação ou mudança dos padrões econômicos. Como a principal referência neste tipo de análise econômica, Veblen, talvez sem intenção explícita, preparou o terreno para que a metodologia evolucionária-institucionalista pudesse vicejar – evolucionária como queria o autor, institucionalista como posteriormente ficou conhecida. A ruptura metodológica em relação aos neoclássicos seguiu, de acordo com Jaccoby, pelo menos quatro caminhos: (1) indeterminação versus determinação; (2) preferências exógenas versus endógenas; (3) realismo comportamental versus suposições simplificadas; e (4) análise diacrônica versus sincrônica (*apud* SCOTT, 1995, p. 4).

“Competição perfeita” e “equilíbrio” eram, na visão neoclássica, aspectos objetivamente determinados frente à indeterminação das variáveis econômicas analisadas em processo, segundo parecia aos institucionalistas. Para estes, as preferências individuais eram formadas pelas “instituições sociais”, sendo, portanto, exógenas, e não fruto de desejos mobilizados particularmente. Assim, as “ingênuas suposições utilitárias” dos neoclássicos serviriam menos à análise econômica do que os modelos em que a motivação dos agentes pudesse ser tomada pragmaticamente sob a ótica de um “realismo psicológico”. Por fim, Jaccoby realçou a insistência dos institucionalistas em apreender historicamente as relações causais dos problemas avaliados pela economia, polarizando tal preocupação com as suposições neoclássicas que pretendiam adequar suas explicações para qualquer tempo e lugar (*apud* SCOTT, 1995, p. 4).

Ao focar a ruptura metodológica, entre os institucionalistas e a teoria ortodoxa, Davis apontou para a mesma direção que Jaccoby, resumindo em três momentos os dilemas enfrentados pelos neoclássicos: (1) falha em explicar a “re-

alidade concreta”; (2) investigação “teleológica ou animista”; e (3) a manutenção de um padrão taxonômico de ciência. Tais características demarcavam a economia em fronteiras bem mais restritas e abstratas do que a proposta institucionalista, resumindo o estudo econômico somente ao “aspecto econômico da ação social”, sublinhando temas como indivíduo, utilidade, mercado, equilíbrio ou a “aquisição e distribuição de recursos escassos” (DAVIS, 1994, p. 27-28).

A definição da metodologia institucionalista encontrou em Gordon as seguintes proposições: (1) o peso do estudo do processo de mudança, menos que um estudo de equilíbrio e maximização; (2) a acumulação de conhecimento técnico vista em sua dinâmica interna; (3) a prevalência de comportamentos institucionalizados; e (4) a crença em uma interação de instituições e indivíduos capaz de estabelecer padrões de comportamento e critérios de valor (1994, p. 373). Notemos que o esquema investigativo das relações sociais ou da tecnologia aqui observado pauta-se pela conciliação do que é essencial para a análise vebleniana, história e instituições – em oposição ao enquadramento abstrato e atemporal da metodologia neoclássica.

O ataque metodológico de Veblen à tradição econômica, em geral, e ao utilitarismo, em particular, pode ser reduzido, segundo Sowell, a dois momentos: (1) as suposições irrealistas acerca da natureza humana e (2) a ausência de um viés evolutivo na investigação dos fenômenos econômicos (1994, p. 127-28). As duas críticas veblenianas alinham-se, porém, num argumento único que repousa sobre um indivíduo passivo, cujas relações sociais são avaliadas num instantâneo desprovido de qualquer traço de causalidade cumulativa.

As premissas da análise vebleniana definem o institucionalismo subsequente na economia a partir de pelo menos oito atributos, na avaliação de Hodgson: (1) a “rejeição ao atomismo e reducionismo” com a aceitação do holismo ou de uma perspectiva organicista na análise econômica; (2) a aceitação do comportamento humano “orientado por hábitos e rotinas”, contrapondo-se ao agente calculista na maximização de seus interesses; (3) um enfoque que privilegia as “instituições como unidades analíticas” antes que o indivíduo; (4) em oposição à “mecânica do equilíbrio”, a abordagem da economia como “sistema aberto em evolução” histórica; (5) investigação econômica preocupada com a dinâmica cultural; (6) a tecnologia é encarada numa perspectiva “evolutiva e como motivadora primária para o desenvolvimento socioeconômico” e não como componente engessado do processo investigativo; (7) “permanente inquietação com o papel e significado do poder e do conflito” entre indivíduos e instituições; e (8) preocupação com as “reais necessidades humanas” em vista das mudanças no ambiente institucional, opondo-se à noção de “utilidade individual e prazer” como definidores do bem-estar social (HODGSON, *apud* CONCEIÇÃO, 2005, p. 9).

Singular, na apreciação de Hodgson, é o destaque de um Veblen afeito à crítica social, preocupado com as situações de poder e conflito institucionalmente validadas. Manuseando em abundância temas como o proprietário ausente, a classe ociosa, o status, a especulação financeira, a ostentação, entre outros, o autor pa-

rece ter incorporado em seu esforço metodológico um arsenal de conceitos cujo propósito maior era a estruturação de seu esquema explicativo. Os visíveis sinais desse esforço podem ser vistos nas noções de instinto predatório ou da produção ou na defesa dos processos de habituação, tão marcantes na teoria vebleniana.

Pondere-se, contudo, que o enfoque metodológico sobre as instituições, aliado à preocupação com a dinâmica cultural, como enumerados acima, antes colocam em evidência certa tendência conservadora das situações de poder e status. Conforme já abordado no capítulo anterior, a comunhão de simbolismos e de valores sociais, por meio dos hábitos, deságua em pressupostos institucionais coroados pela estabilidade e pela permanência. As instituições, nesse sentido, apresentam-se como um “elemento conservador e um fator de inércia social, de inércia psicológica, de conservadorismo”; a análise econômica toma como ponto de partida “seres humanos que reajustam seus hábitos mentais de modo a se conformarem a situações alteradas apenas tardiamente e com relutância” (ZAJDSZNAJDER, 1980, p. 82).

Uma investigação do processo econômico como “sistema aberto em evolução” realça o traço pós-darwinista pretendido por Veblen para sua economia evolucionária, contemplando a relação entre antecedente e consequente sem o vício teleológico da ciência taxonômica. Hodgson alertou quanto às imprecisões eventualmente cometidas pelo autor nesse terreno, fruto do desenvolvimento ainda incompleto da teoria evolucionista na biologia de seu tempo (1999, p. 135).

Ausente, porém, em Veblen, é uma construção teórica integrada, segundo Hodgson, impossibilitando no autor uma “teoria sistemática da indústria, da tecnologia ou uma macroeconomia” como aparecem em Marx ou Marshall, por exemplo. A proposta da teoria econômica vebleniana frequentemente seguiu por “termos tão complexos e dinâmicos” que pouco contribuíram para uma sistematização teórica adequada; em resumo, “sua realização foi limitada pela sua própria ambição” (HODGSON, 1999, p. 136).

Veblen, bem sabemos, insistiu em dar alguma consistência às suas formulações conceituais, mesmo não definindo em sua completude termos como instintos, hábitos, instituições. Suas considerações, por vezes enviesadas, procuraram costurar com coerência tais enunciados com o propósito de compor uma malha explicativa capaz de dar substância ao seu projeto teórico. Muito embora o desafio do autor fosse caminhar por um terreno ainda minado pelas suposições majoritárias da economia neoclássica da ocasião, seu relativo sucesso, no nosso entender, reside em pelo menos três momentos. Primeiro, conseguiu gerar uma alternativa para a metodologia econômica racional-individualista que imperava naquele momento. Segundo, possibilitou um esquema investigativo que municiou criticamente a análise econômica frente a temas heterodoxos para a época, como consumo, ócio, ostentação, especulação, entre outros. E terceiro, afinou seu esquema explicativo nos moldes de uma teoria; senão uma teoria plenamente organizada, como suspeitou Hodgson, pelo menos um sistema teórico no qual os enunciados conseguem emergir à suficiente de modo a evidenciar um corpo

razoável de definições, prenúncio de um nítido esforço vebleniano de articulação e comprometimento com o processo investigativo.

A despeito de sua desconfiança quanto à sistematização da teoria vebleniana, Hodgson confirma que o autor foi bem sucedido no estabelecimento de sua economia evolucionária-institucional. Três seriam os atributos básicos do legado vebleniano sob inspiração darwinista: (1) o princípio da curiosidade ociosa apresenta-se como a “origem da variedade ou mutação no processo evolucionário”; (2) a instituição tornou-se a “unidade de estabilidade relativa e continuidade através do tempo”; e (3) a identificação de mecanismos capazes de viabilizar a imitação e a reprodução de “instituições bem adaptadas” e promover a extinção das menos adaptadas (HODGSON, 1999, p. 136).

Tal perspectiva assevera a metodologia vebleniana como instrumento de observação da dinâmica institucional, portanto, qualificada para verificar as instituições tanto num processo cumulativo de relações causais quanto em sua sujeição aos “procedimentos de mutação e seleção”. Assim, Hodgson conclui: “Para Veblen, os objetos da seleção e evolução econômica são instituições e rotinas. Seu componente genético fundamental são hábitos e instintos” (1999, p. 136).

É certo que o relativo sucesso da metodologia vebleniana no desdobramento das premissas evolutivas adquiriu contornos mais definidos por conta talvez do insucesso das concepções de progresso humano, delineadas desde o século XVIII e através da primeira metade do XIX. Tais concepções embutiam os preceitos de melhoramento social e de etapas civilizacionais, acalentando, em algum grau, o sonho de apreender qualquer regularidade no comportamento coletivo, visando a desvendar uma lei geral para o entendimento da história da humanidade.

A obra de Darwin ou o darwinismo que incidiu sobre Veblen certamente não foi tributário direto desse sistema conceitual, apesar de ter sido muito remotamente por ele contaminado. Como sabemos, a partir de Degler, foi o darwinismo social de Spencer que acumulou, em maiores doses, a influência da noção de progresso e de melhoramento coletivo (1991, p. 11).

Em uma perspectiva histórica, Grossman sugeriu que a base para a teoria evolutiva na economia política poderia ser encontrada nos discursos intelectuais que tiveram no Iluminismo seu norte. Assim, a ideia de progresso, mesmo que diluída, esteve presente na economia política clássica de Smith, Ricardo e outros. Seus componentes principais diziam respeito à “comparação histórica”, observando “uma clara compreensão dos diferentes sistemas econômicos existentes em distintas partes do mundo”, cujo objetivo era averiguar a “mutabilidade de instituições econômicas específicas, como a propriedade” (GROSSMAN, 1971, p. 512, 514 e 517)⁷.

⁷ A concepção evolutiva de humanidade como uma sucessão de etapas econômicas poderia, segundo o autor, ser encontrada em pelo menos seis representantes principais: “Condorcet, Saint-Simon e Sismond, na França; Sir James Steuart e Richard Jones, na Inglaterra; e, finalmente, Karl Marx, que sintetizou e completou todo seu desenvolvimento” (GROSSMAN, 1971, p. 516).

Seja como for, o legado vebleniano de uma economia institucionalista permitiu que se conformassem, ao longo do século XX, três correntes de investigação econômica, segundo Conceição: (1) a economia evolucionária, mais conhecida como o “antigo institucionalismo”, delineada pela obra de Veblen; (2) a “nova economia institucional”; e (3) a economia “neo-institucionalista”. A primeira resume os propósitos do institucionalismo clássico, sendo Veblen, Commons e Mitchell suas referências centrais. A segunda incorpora a análise das instituições sem perder de vista a escolha racional dos agentes maximizadores; toma, portanto, uma distância segura de aspectos relevantes da teoria vebleniana, como hábitos socialmente incorporados ou normas sociais institucionalizadas. A terceira, por sua vez, procura se aproximar do institucionalismo vebleniano original, segundo Conceição, motivada, em algum grau, pelo evolucionismo (2005, p. 4).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já afirmamos anteriormente, a incorporação das instituições delineadas pela história como componentes explicativos básicos da ação social não permaneceu restrita ao universo da economia, sendo encampada em maior extensão e possivelmente com maior legitimidade pelas demais ciências sociais, sobretudo a sociologia e a antropologia. Ressalte-se que os trabalhos de Veblen fizeram avançar a interdisciplinaridade na economia de seu tempo. Elementos da história, da sociologia e demais áreas fecundaram uma abordagem que conseguiu alargar a capacidade interpretativa daquele universo disciplinar, em grande medida restrito pelo condicionamento neoclássico típico entre seus contemporâneos.

Se nos preocupamos com as especificidades da análise institucional vebleniana, reencontramos aqui, por outro lado, a generalidade de um institucionalismo que nele se inspirou, mas que rumou por destinos diversos. Os desdobramentos da pesquisa institucionalista por vezes corroeram seus vínculos com Veblen tanto quanto pareceram seus subprodutos⁸. Logo, seja o propósito ou o conteúdo de suas opiniões ou mesmo sua metodologia, verificamos uma variação na interpretação institucionalista que tanto reproduziu seus temas originais, quanto distorceu ou em muito se distanciou da matriz vebleniana. Tal variação acadêmica acabou por inviabilizar a definição de uma corrente econômica institucional nos moldes de uma escola de pensamento. Nesse caso, o termo “escola” somente se justificaria se lhe atribuíssemos, na melhor das hipóteses, o sentido mais vago possível (HOMAN, 1971, p. 535). Porém, menos que o desenvolvimento do institucionalismo pós-Veblen, que por si constitui um monumental esforço de investigação, importou-nos, nesse trabalho, a apreciação de sua argumentação com a pretensão de revelar algumas de suas implicações de natureza teórica.

⁸ Hodgson (1993) e Argyrous & Sethi (1996) demonstram como categorias de análise de origem vebleniana podem ser claramente percebidas na metodologia de pesquisas econômicas da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGYROUS, George & SETHI, Rajiv. The theory of evolution and the evolution of theory: Veblen's methodology in contemporary perspective. In: *Cambridge Journal of Economics*. Volume XX, 1996.
- BLAUG, Mark. *História do Pensamento Econômico*. Tradução: Miguel D. C. Branco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- _____. *Metodologia da Economia*. Tradução: Afonso L. M. S. Lima. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BUSH, P. D. The theory of institutional change. In: WOOD, John Cunningham (ed.). *Thorstein Veblen: critical assessments* (volume II). New York: Routledge, 1994.
- CONCEIÇÃO, Octávio A. C. *Além da Transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos*. Porto Alegre: Departamento de Economia/UFRGS, 2005.
- DAVIS, A. K. Sociological elements in Veblen's economic theory. In: WOOD, John Cunningham (ed.). *Thorstein Veblen: critical assessments* (volume II). New York: Routledge, 1994.
- DEGLER, Carl N. *In Search of Human Nature: the decline and revival of darwinism in american social thought*. New York: Oxford University Press, 1991.
- DIGGINS, John P. *El Bardo del Salvajismo: Thorstein Veblen y la teoria social moderna*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- DORFMAN, Joseph. *Thorstein Veblen and his America*. New York: The Viking Press, 1934.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A Era da Incerteza*. Tradução: F. R. Nickelsen Pellegrini. São Paulo: Pioneira, 1986.
- GORDON, W. The role of institutional economics. In: WOOD, John Cunningham (ed.). *Thorstein Veblen: critical assessments* (volume II). New York: Routledge, 1994.
- GROSSMAN, Henryk. La revuelta evolucionista contra la economía política clásica. In: SPENGLER, Joseph J. & ALLEN, William R. (org.). *El Pensamiento Económico de Aristóteles a Marshall*. Madri: Editorial Tecnos, 1971.
- HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. Tradução: Gabriel Cohn. In: *Revista Lua Nova*. São Paulo, n° 58, 2003.
- HEILBRONER, Robert. *Introdução à História das Ideias Econômicas*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- HODGSON, Geoffrey M. Institutional economics: surveying the 'old' and the 'new'. In: HODGSON, Geoffrey M. (org.). *The Economics of Institutions*. Aldershot: E. Elgar Publishing, 1993.
- _____. *Economics and Evolution: bringing life back into economics*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.
- HOMAN, Paul T. La escuela institucional. In: SPENGLER, Joseph J. & ALLEN, William R. (org.). *El Pensamiento Económico de Aristóteles a Marshall*. Madri: Editorial Tecnos, 1971.

- LALLEMENT, Michel. Raízes alemãs da sociologia econômica. Tradução: Leonardo Mello e Silva. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, volume 18, nº 1, junho, 2006.
- MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, vol 16, nº 31, 2008.
- SCOTT, W. Richard. *Institutions and Organizations*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.
- SOWELL, T. The 'evolutionary' economics of Thorstein Veblen. In: WOOD, John Cunningham (ed.). *Thorstein Veblen: critical assessments* (volume I). New York: Routledge, 1994.
- THELEN, Kathleen & STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In: THELEN, K. & STEINMO, S. (org.). *Structuring Politics*. New York: Cambridge University Press, 1994.
- THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. Tradução: Bernardo Ricupero. In: *Revista Lua Nova*. São Paulo, nº 58, 2003.
- VEBLEN, Thorstein B. *The Theory of Business Enterprise* (1ª edição: 1904). New York: Charles Scribner's Sons, 1932.
- _____. *The Theory of the Leisure Class: an economic study of institutions* (1ª edição: 1899). New York: The Modern Library, 1934.
- _____. *The Vested Interests and the Common Man: the modern point of view and the new order* (1ª edição: 1919; publicado originalmente sob o título *The Vested Interests and the State of the Industrial Arts*). New York: A. M. Kelley, 1964.
- _____. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução: Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965a.
- _____. *The Higher Learning in America: a memorandum of the conduct of universities by business men* (1ª edição: 1918). New York: A. M. Kelley, 1965b.
- _____. *Veblen on Marx, Race, Science and Economics. The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays* (1ª edição: 1919). New York: Capricorn Books, 1969.
- _____. *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts* (1ª edição: 1914). New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.
- WALKER, D. A. Thorstein Veblen's economic system. In: WOOD, John Cunningham (ed.). *Thorstein Veblen: critical assessments* (volume II). New York: Routledge, 1994.
- ZAJDSZNAJDER, Luciano. A economia institucional de Thorstein Veblen. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, volume 14, nº 1, janeiro/março, 1980.

Recebido em: 15/09/2011

Aceito em: 20/12/2011